

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA**

EVERTON LEONARDO FERREIRA ROCHA

BIBLIOTECA ESCOLAR E O INCENTIVO AO HÁBITO DE LEITURA

**TERESINA
2023**

EVERTON LEONARDO FERREIRA ROCHA

BIBLIOTECA ESCOLAR E O INCENTIVO AO HÁBITO DE LEITURA

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Regina Pereira Silva

TERESINA

2023

R672b Rocha, Everton Leonardo Ferreira.
 Biblioteca escolar e o incentivo ao hábito de leitura / Everton
 Leonardo Ferreira Rocha. – 2023.
 47 f.

 Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI,
 Bacharelado em Biblioteconomia, *Campus* Poeta Torquato Neto,
 Teresina-PI, 2023.
 “Orientadora: Profa. Ma. Maria Regina Pereira Silva.”

 1. Leitura. 2. Hábitos de Leitura. 3. Biblioteca Escolar.
I. Título.

CDD: 027.8

EVERTON LEONARDO FERREIRA ROCHA

BIBLIOTECA ESCOLAR E O INCENTIVO AO HÁBITO DE LEITURA

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Estadual do Piauí – UESPI como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Regina Pereira Silva

Aprovado em: 07/08/2023

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

MARIA REGINA PEREIRA SILVA

Data: 06/02/2025 09:00:48-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Ma. Maria Regina Pereira Silva
Universidade Estadual do Piauí (Orientadora)



Documento assinado digitalmente

DEBORA ARAUJO MACHADO TEIXEIRA

Data: 06/02/2025 12:44:50-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Esp. Débora Araújo Machado Teixeira
Universidade Estadual do Piauí (Examinadora)



Documento assinado digitalmente

MIRLENO LIVIO MONTEIRO DE JESUS

Data: 07/02/2025 08:17:41-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Mirleno Livio Monteiro de Jesus
Universidade estadual do Piauí
(Examinador)

Dedico este trabalho a minha filha Ângela Ravena.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me dar força e coragem pra seguir nessa jornada acadêmica, após ter desistido em outras oportunidades.

Agradeço aos meus pais Maria e Antônio pela educação que recebi, me tornando o homem que sou hoje.

Agradeço a minha irmã Renata por sempre me incentivar e servir de inspiração para o momento atual.

Agradeço a minha filha querida Ângela Ravena, onde busco forças para sempre estar melhorando como ser humano.

Em especial a minha noiva Maria Ivanete por sempre se colocar disponível e sempre estar ao meu lado em qualquer circunstância, me ajudando nesta jornada.

Agradeço a todos os professores do curso de biblioteconomia, principalmente a professora Regina que aceitou ser minha orientadora.

A todos, o meu grandioso muito obrigado!

*“Se o que você quer, é aquilo que pensa e faz.
Coragem, eu sei que você pode mais”.*

(Raul Seixas)

RESUMO

O presente estudo tem como tema a biblioteca escolar e o incentivo ao hábito de leitura, foi definido como objetivo geral, compreender a importância da biblioteca escolar brasileira no incentivo ao hábito de leitura. Foram estabelecidos 4 objetivos específicos: trazer a trajetória histórica da biblioteca escolar no Brasil; mostrar a contribuição da biblioteca escolar e do bibliotecário escolar na promoção dos hábitos de leitura; identificar algumas políticas públicas do livro, leitura e da biblioteca; apresentar a lei 12.244/2010 e sua relevância para a biblioteca escolar. Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documentária na literatura da biblioteconomia e áreas afins. Como resultado do estudo, foi possível detectar a grande relevância da biblioteca escolar na promoção ao hábito da leitura, trazendo subsídios para que se possa realizá-la de forma efetiva, entretanto, é necessário valorização por parte dos governantes para que funcione de forma plena, podendo assim, atingir sua função.

Palavras – chaves: leitura; hábitos de leitura; biblioteca escolar.

ABSTRACT

The presente study focuses on the school library and promotion of Reading habits. The general objective was defined as understand the importance of the brazilian school library in encouraging the habit of reading. Four specific objectives were established: bring the historical trajectory of the school library in Brazil, show the contribution of the Scholl library and school librarian in promoting the Reading habit, identify some public policies regarding books and libraries, and present law 12.244/2010 and its relevance to the school library. The metodology used was bibliographic research and documentary in the field of library Science and related áreas. As a resultado the significant relevance of the school library in promoting the Reading habit, providing support for its effective implementation. However, it requires recognition and support frow the governement to function fully and fulfill its purpose.

Keywords: reading; reading habits; school library.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO.....	13
3 A BIBLIOTECA ESCOLAR E O INCENTIVO AO HÁBITO DE LEITURA.....	20
4 PROGRAMAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E DA BIBLIOTECA NO BRASIL.....	27
5 LEI 12.244/2010 (UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES)	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

É inegável a importância da leitura na vida do indivíduo, contribui de forma direta na formação das aptidões dos educandos, desempenhando um papel relevante na formação de seres críticos, reflexivos e criativos. A leitura é essencial, pois estimula o aprendizado e é uma prática que impulsiona a vida em vários aspectos, desenvolvendo a mente, a capacidade crítica, a imaginação e conectando o indivíduo com o mundo que o cerca. Dessa forma, o hábito de ler colabora para o crescimento pessoal, profissional, promovendo aprendizado contínuo, que é indispensável dentro de uma sociedade baseado na informação.

Dessa maneira, acredita-se que a biblioteca escolar tem sido uma ferramenta crucial para a promoção e incentivo ao hábito de leitura dentro do ambiente escolar. Teve sua trajetória ligada aos colégios religiosos, com destaque ao dos Jesuítas, que aqui chegaram por volta de 1549, chefiados por Manuel da Nóbrega. As primeiras bibliotecas escolares foram instauradas no Brasil a partir da fundação dos colégios religiosos. Uma biblioteca escolar efetiva na promoção de hábitos de leitura deve apresentar algumas ferramentas, dentre elas: a qualidade do acervo e a atuação do profissional bibliotecário. Uma biblioteca escolar operante pode promover o gosto prazeroso pelo hábito de leitura, e consequentemente dando autonomia para seu usuário. Diante disso, é possível perceber o quanto a biblioteca escolar é indispensável no fomento à leitura.

Neste sentido, a lei nº 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do Brasil, põe em evidência a importância da criação de bibliotecas para que se possa exercer de forma efetiva sua função educativa e cultural, proporcionando para a comunidade a que se insere, o gosto pela cultura e incentivo ao hábito de leitura. O Brasil vem buscando por meio de políticas públicas articuladas, promovida pelos órgãos responsáveis, maneiras de contribuir para a efetivação de uma sociedade leitora.

Diante do exposto, a proposta desta pesquisa teve como motivação a compreensão da importância da biblioteca escolar dentro do contexto da promoção de incentivos aos hábitos de leitura, de que forma ela pode promover esse quesito. A pergunta norteadora desta pesquisa baseia-se em “qual a importância da biblioteca escolar brasileira no incentivo ao hábito de leitura”? Esta pesquisa se originou de vivências pessoais do autor no ambiente de trabalho, diante da observação do espaço

da biblioteca e do questionamento sobre a importância daquele recinto em relação a leitura proporcionada ali, além do seu interesse pelos temas “biblioteca escolar” e “leitura” contribuindo para sua formação acadêmica e possivelmente sua futura área de atuação.

O objetivo geral e específicos do presente estudo são: compreender a importância da biblioteca escolar brasileira no incentivo ao hábito de leitura. Tal objetivo é desmembrado pelos objetivos específicos: trazer a trajetória histórica da biblioteca escolar no Brasil; mostrar a contribuição da biblioteca escolar e do bibliotecário escolar na promoção dos hábitos de leitura; identificar algumas políticas públicas do livro, leitura e da biblioteca; apresentar a lei 12.244/2010 e sua relevância para a biblioteca escolar.

Com este intuito, a metodologia aplicada no presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental, onde se engloba a bibliografia já publicada em relação ao tema pesquisado Lakatos; Marconi, (2001), utilizando-se de textos, livros, artigos científicos de periódicos, onde abordavam os assuntos relacionados à pesquisa, através da literatura na área da biblioteconomia e afins. Para o embasamento do referencial teórico, foram feitas pesquisas em diversos ambientes tais como, bibliotecas, centro de informação, centro de pesquisas. Utilizou-se de pesquisas em artigos científicos, monografias, teses e livros que abordavam o assunto. Buscando pesquisar sobre a biblioteca escolar e o incentivo ao hábito de leitura, foram utilizadas expressões de buscas como: biblioteca escolar, incentivo ao hábito de leitura, políticas públicas sobre o livro e a biblioteca, contexto histórico das bibliotecas escolares. A pesquisa foi baseada nos textos de diversos autores sobre o mencionado assunto, podendo destacar entre eles os conceituados autores, Campello et al (2016), Moraes (2006), Carvalho Silva (2011).

O presente trabalho possui as seguintes hipóteses: a biblioteca escolar e o bibliotecário escolar são relevantes para a promoção e o incentivo ao hábito de leitura, as políticas públicas em relação ao livro e a biblioteca garantem a efetivação da biblioteca escolar contribuindo para a melhoria da educação.

Para tanto, este trabalho será dividido em 6 seções. 1 Introdução, será apresentada de forma sucinta o tema proposto; 2 Biblioteca escolar no Brasil: contexto histórico, foi traçado um breve contexto histórico de como surgiu a biblioteca escolar em solo brasileiro; 3 A biblioteca escolar e o incentivo ao hábito de leitura, nesta seção

é feito um estudo aprofundado sobre a importância da biblioteca escolar e do bibliotecário escolar na promoção ao hábito de leitura no ambiente escolar.

Na seção 4, Programas sobre políticas públicas do livro, da leitura e da biblioteca no Brasil, aqui é apresentado algumas políticas públicas sobre o livro, leitura e a biblioteca escolar, dando ênfase no fomento à leitura; 5 A lei 12.244/2010 universalização das bibliotecas nas escolas, apresenta a lei 12.244/2010 universalização das bibliotecas escolares e sua importância para a sua efetivação.

Por fim, a seção 6 Considerações finais, apresenta os resultados obtidos através do estudo, se os objetivos foram alcançados ou refutados e a justificação das hipóteses. Fechando o trabalho temos as Referências, apresenta-se as fontes consultadas para o presente trabalho bibliográfico.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO

A relevância das bibliotecas para a conservação e preservação da informação é algo crucial, percebe-se sua riqueza como um instrumento efetivo na aplicação dos valores humanos dentro de uma sociedade baseada na informação. A trajetória das bibliotecas esteve sempre ligada a história da humanidade e da escrita. Dessa maneira, o homem sempre se preocupou com a preservação do conhecimento adquirido ao decorrer do tempo.

As bibliotecas da antiguidade eram locais de armazenamento de documentos com precários sistemas de recuperação e de acesso, armazenavam rolos de papiro, pergaminhos, armazenavam escritos de intelectuais de diversas nacionalidades. Várias bibliotecas da antiguidade se destacaram, podendo citar as principais que são: a de Nínive, as gregas, romanas, de Pérgamo e a mais prestigiada de todas a biblioteca de Alexandria.

Existia pouca diferença entre as bibliotecas da antiguidade e as do período medieval, sendo que sua principal função era a guarda de papiros e pergaminhos. As primeiras bibliotecas medievais eram localizadas dentro dos mosteiros, e o acesso a seu acervo restrito aos ocupantes das ordens religiosas. As bibliotecas medievais foram uma extensão das bibliotecas da antiguidade, ambas com acervo fechado ao público em geral. Segundo Martins (2002) apud Santos (2012), a idade média teve 3 tipos de bibliotecas: Monacais (biblioteca dos mosteiros), Bizantinas juntamente com as Particulares e as Universitárias.

Com a decadência da idade média, deu-se espaço ao Renascimento. Na Europa, difundiu-se uma nova maneira de leitura com a invenção de Gutemberg chamada imprensa. Foi no período do Renascimento que as bibliotecas tiveram um maior poder de destaque, cumprindo a sua função de disseminadora da informação.

É preciso destacar que foi no Renascimento que aconteceu a transformação da política de leitura, criando inúmeros formatos de livros e diversas maneiras de lê-los. As bibliotecas da citada época contavam com total apoio da alta sociedade e possuíam um bom recurso financeiro.

Em âmbito brasileiro a história do livro e da biblioteca no início do século XVI, é pouco conhecida. Pesquisas e documentos sobre os períodos são escassos, é possível afirmar que a circulação de livros nesse momento da história era

insignificante, e os poucos que existiam na época eram de uso de magistrados e padres no cumprimento de suas funções.

De acordo Moraes (2006), somente em meados de 1549 teve início a história da biblioteca escolar em solo brasileiro, com a chegada dos Jesuítas no país mais precisamente no estado da Bahia, dirigidos pelo padre Manuel da Nóbrega, com o objetivo principal de catequizar os índios e alfabetizar os colonos. A biblioteca escolar no Brasil teve seu começo ligado diretamente à igreja.

As bibliotecas escolares foram sendo instaladas nas escolas dos Jesuítas na Bahia, e logo depois em outras regiões do Brasil. Conforme Carvalho Silva (2010), outras religiões chegaram ao Brasil no século XVII e também construíram seus colégios e instalaram suas bibliotecas escolares de acordo com suas crenças.

De acordo com Carvalho Silva (2010, p. 23-24):

Podem ser destacadas, além dos jesuítas, as ordens dos franciscanos, beneditinos e carmelitas, que chegaram já em meados do século XVII (ou mesmo que tenham seus registros atestados a partir desse século). A prova de que outras ordens forneceram suas contribuições está nos seus métodos de estudos. Os franciscanos, por exemplo, agregaram métodos de valores experimentais das ciências, valorizando os estudos de ideais franceses, representados, sobretudo pela ideia da ilustração, enquanto os métodos jesuíticos eram essencialmente escolásticos.

Diante das palavras de Carvalho Silva é percebido que cada instituição religiosa possuía seus métodos e suas propostas, e que cada uma funcionava de acordo com sua ideologia.

Das inúmeras bibliotecas escolares dos jesuítas, merecem destaques as de Salvador, Pernambuco, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo. Em relação as bibliotecas escolares dos franciscanos se destacaram as de Olinda, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

Das variadas ordens religiosas que se instalaram em solo brasileiro, a que teve um maior destaque foi a ordem dos Padres da Companhia de Jesus, esse sucesso foi alcançado por obter apoio da coroa portuguesa. De acordo com Aranha (1996), o governo não intervia nos projetos dos Jesuítas, pois era sabido do controle que a educação exercia diante daquela sociedade.

Segundo Saviani (2008, p.41):

[...] os Jesuítas vieram em consequência de determinações do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela coroa portuguesa como pelas autoridades da colônia. Nessas circunstâncias puderam proceder de forma

mais orgânica, vindo exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização.

Os Jesuítas foram os responsáveis pelos primeiros colégios brasileiros, se instalaram em várias localidades do território nacional destacando alguns estados como Maranhão, Pará, Pernambuco dentre outros. Ligadamente as escolas eram instaladas as bibliotecas escolares que acolhiam os acervos designados à instrução dos índios e colonos.

Para Moraes (2006), foi com a implantação dos conventos das ordens religiosas que se iniciou o caminho pela cultura, até aquele momento a colônia brasileira se resumia as atividades de extração e cultivos de lavouras.

A instalação dos colégios e das bibliotecas escolares dos jesuítas propiciou aos colonos os primeiros contatos com a cultura escrita e o princípio da vida intelectual na colônia.

Moraes (2006, p. 4-5) afirma que:

Em fins do século XVI já se nota certa vida intelectual na Bahia, em Pernambuco, talvez no Rio de Janeiro. [...] Mas pelo que sabemos, os livros eram raros em mãos de particulares, já eram numerosos nos colégios dos Jesuítas e, provavelmente, nos conventos de outras ordens. Já se pode notar a existência de várias bibliotecas no final da era quinhentista.

Notadamente existia uma preocupação dos Jesuítas em relação aos acervos, suas obras sempre voltadas para o ensino, garantiam a biblioteca como a base central das suas ações de instruções de catequese dos índios e ensino dos colonos.

Os colégios e as bibliotecas dos Jesuítas tiveram seu auge no fim do século XVIII, logo após começaram entrar em decadência que foi concretizada em meados do século XIX. Durante seu tempo de atuação no Brasil, os Jesuítas se dedicaram a diversas atividades missionárias, sempre com o intuito de evangelizar os colonos e os índios, também se dedicaram as atividades educativas, ensinando os filhos dos colonos e na formação de seus quadros missionários. Fundaram aldeias, construíram igrejas, escolas e seminários. Até meados do século XVIII, a companhia já tinha fundado 19 colégios, todos eles regidos por métodos pedagógicos próprios.

Com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal e o fim da Companhia de Jesus, as bibliotecas jesuíticas tiveram seus acervos confiscados e alojados em lugares impróprios e sem um destino final. Moraes (2006, p.10) comenta:

As bibliotecas sofreram um golpe terrível com a expulsão da Companhia de Jesus. Todos os seus bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficariam amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário dos bens inacianos. Se uma ou outra obra foi incorporada aos bispados, algumas remetidas para Lisboa, a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do restante. Não foram somente os livros o que o abandono destruiu. A magnífica sala da livraria dos Jesuítas em Salvador estava, em 1811, em tão mal estado que só depois de restaurada pôde instalar nela a Biblioteca pública da Bahia.

Diante da decadência que sofreu os colégios religiosos, surgiram outras escolas aspirando a educação do ensino formal. Essas escolas com suas bibliotecas escolares estavam mais voltadas para a classe estudante.

Em São Paulo surgiu o Mackenzie college e sua biblioteca escolar George Alexandre, que segundo Almeida e Carvalho (1996), o Mackenzie college apresentava novas ideias ao ensino paulista, que se diferenciava das propostas das outras escolas da época, tais como: Dom Bosco, São José, São Luiz e Arquidiocesano. Pregava liberdade de ensino religioso, exclusão de discriminação racial e liberdade política.

Com a criação de novas escolas particulares, a biblioteca escolar começa a ganhar novos aspectos no fim do século XIX e começo do século XX. Foram as bibliotecas escolares dos colégios privados que se destacaram, com a promoção de métodos educativos com ênfase religiosa, pois lá se encontrava grande parte da elite brasileira.

Nas palavras de Carvalho Silva (2011, p. 494):

Esses fatos nos remetem à três considerações: a primeira é de que a biblioteca escolar surge com um amplo aparato estrutural, seja em termos de infraestrutura, seja de acervo; a segunda é que o acesso à ela era restrito aos integrantes das ordens religiosas, tais como bispos, padres e outros indivíduos da igreja; e, a terceira é que a biblioteca escolar, [...], entre o século XVI e XIX, parecia mais uma biblioteca especializada, por ser mais utilizada para estudos religiosos e científicos, visando aprimorar a educação religiosa de seus usuários para a tarefa de catequisar e instruir índios e colonos.

Foi com a fundação das escolas normais, criadas com o objetivo de formar professores para atuarem no magistério, que nasceu a biblioteca escolar no sentido conhecido hoje. A biblioteca da escola normal Caetano de Campos foi a primeira a ser criada em junho de 1880, e logo depois, em junho de 1894, nasce a Biblioteca do Ginásio do Estado da Capital.

Logo em seguida, até 1915 foram surgindo uma variedade de bibliotecas escolares das escolas normais, e nos anos de 1930 e 1940 surgiram as bibliotecas

dos ginásios estaduais. É importante mencionar que a biblioteca escolar atinge outro nível no século XX, principalmente após algumas reformas educacionais.

Assim, a década de 1930 foi de grande importância, pois a partir desse momento que se iniciou a promoção de ações a respeito da valorização da biblioteca escolar, como salienta Eggert-Steindel e Fonseca (2010, p.2) “no âmbito nacional as reformas do ensino pautadas na escola nova realizadas por Fernando de Azevedo (1927 – 1930) e Anísio Teixeira (1931 – 1933) legitimaram a biblioteca escolar no sistema de ensino”.

Diante da aprimoração de uma política nacional de educação ocorrida na década de 1940, Beirith (2009, p.157) afirma:

Em janeiro de 1946 foram instituídas as Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e normal. Ambas pertencem a um conjunto de leis baixadas de 1942 a 1946 que ficaram conhecidas como Reformas Capanema. Com essas reformas, toda a estrutura educacional foi reorganizada na tentativa de estabelecer uma política nacional única para a educação no país.

É possível verificar que a biblioteca escolar, nas décadas de 30 e 40 do século XX, inclui-se nesse processo de reforma educacional, configurando uma notável valorização educativa, e tendo como objetivo prioritário o incentivo à leitura. Trouxe também uma preocupação com os acervos das bibliotecas, assim como a participação da comunidade escolar nesse processo.

A década de 1950, foi o marco na instalação das bibliotecas escolares no Brasil. Santa Catarina foi referência nesse processo, buscou criar procedimentos para a consolidação e instalação das bibliotecas escolares em sua região.

Diante desse contexto, na década de 1970 foi promulgada uma importante lei, onde Lopes e Ribeiro (2022, p. 68) destacam:

Em 11 de agosto de 1971, o governo promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de número 5.692, instituindo, entre outras coisas, a pesquisa escolar como requisito obrigatório para o ensino do primeiro e segundo grau. Como a biblioteca escolar não existia em grande parte das escolas, muitos professores e alunos passaram a utilizar a biblioteca pública para o cumprimento das exigências obrigatórias da nova lei.

Segundo Almeida e Carvalho (1996), eram pesquisas sem a utilização de métodos, não havia critérios, incapazes de desenvolver as potencialidades dos alunos, sem uma boa orientação, sem bibliografia básica. Nesse momento os professores e bibliotecários ainda não estavam familiarizados com a pesquisa nas

escolas, eram elaboradas a partir de cópias de textos de enciclopédias disponíveis na própria biblioteca.

Tempos depois as bibliotecas públicas começaram a ser vistas como locais de promoção de pesquisas e trabalhos escolares, mas ainda não exercia sua função social e cultural, não havia incentivo à leitura junto à comunidade.

Portanto, nos anos de 1960/70 e início dos anos 1980, a biblioteca escolar de certa maneira, perde espaço para a biblioteca pública. A falta de políticas públicas eficientes que abrangem as bibliotecas escolares, faz das bibliotecas públicas um abrigo a seus usuários.

Na década de 1990 e no início do século XXI, tentando reverter a situação de outrora, algumas políticas de fortalecimento das bibliotecas escolares são criadas, por conseguinte, enfatizando o aprendizado e o fomento à leitura. Carvalho Silva (2011, p. 497 – 498) cita algumas legislações de grande importância:

Nas décadas de 1990 e na primeira década do século XXI, observam – se, em nível nacional, políticas ainda tímidas para o desenvolvimento da biblioteca escolar brasileira. Pode – se destacar, inicialmente, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) que contemplam o discurso da biblioteca escolar como espaço de aprendizado e estímulo à leitura e ao aprendizado. Destaca – se também a criação do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) em 1997.

Apesar de tímidas, essas legislações trouxeram um princípio de debates em relação as bibliotecas escolares e sua importância. Outras leis relevantes serão tratadas com mais aprofundamento em outras seções deste trabalho.

Analisando o processo histórico da biblioteca escolar nas últimas décadas do século XX e início do século XXI em cenário nacional, é visível a carência de políticas de fortalecimento do ambiente da biblioteca escolar que façam com que ela funcione de forma mais eficaz, atendendo as necessidades de sua clientela.

Para que exista uma transformação nessa realidade, necessita-se de uma maior valorização, para que as bibliotecas escolares tenham sua própria identidade e que sejam garantidas pelas políticas públicas.

Diante da reflexão a respeito da questão da identidade da biblioteca escolar Lemos (2005, p. 101 – 102), coloca:

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda a biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a

intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização, uma comunidade de usuários, efeitos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca. [...] Em geral define-se biblioteca como um acervo de materiais impressos (livros, periódicos, cartazes, mapas, etc.), ou não – impressos, como filmes cinematográficos, fotografias, fitas sonoras, discos, microformas, cederrons, devedês, programas de computador, etc. e mantidos para leitura, visualização e consulta.

De acordo com a citação, identifica-se uma grande mudança na mentalidade levando em consideração a biblioteca escolar no final do século XX e a do início do século XXI em nível global e nacional. Por muitos anos, a biblioteca foi vista apenas como espaço isolado, sendo interpretado apenas como um alojamento de livros, não cumprindo sua função social e cultural.

Diante do exposto, para uma mudança do discurso em relação a biblioteca escolar, é necessária uma reflexão sobre a concepção que se tem dela, enquanto um espaço com acervos em uma estante. Hoje, um dos principais requisitos para a constituição de uma biblioteca é o seu acervo qualificado, que traga ferramentas para vários tipos de acesso à informação.

É importante haver uma discussão a respeito da verdadeira função da biblioteca escolar, é significativo que exista a efetivação das políticas voltada para a biblioteca, para assim, concretizar propostas e ações de informação dentro da biblioteca escolar, que ela cumpra sua função social e cultural, e traga benefícios para toda a sociedade.

3 A BIBLIOTECA ESCOLAR E O INCENTIVO AO HÁBITO DE LEITURA

A leitura é uma aptidão essencial e a forma mais antiga de obter conhecimento e ampliar novos horizontes. Ela exerce um papel de grande relevância na formação de um indivíduo crítico, é a partir dela que temos uma análise profunda do mundo que nos cerca. A leitura cumpre um papel indispensável na educação e no crescimento pessoal de todo leitor e de uma sociedade, é significativa dentro do desenvolvimento intelectual do indivíduo, pois é a partir dela que há a construção do senso crítico.

Para Salcedo; Stanford, (2016, p. 27):

A leitura é um exercício, ao mesmo tempo, solitário e coletivo. Para uns, prática cotidiana importante na atribuição de sentidos e de sociabilidades. Para outros, estética da nostalgia considerando a relação de engajamento entre escritores e seus leitores.

Já para Martins (2005, p.32), a leitura é “uma experiência individual, cujos limites não estão demarcados pelo tempo em que nos detemos nos sinais ou pelo espaço ocupado por eles”.

Dessa forma, Barros (1986, p. 32), esclarece que “o ato de ler pode significar a mera decodificação da palavra escrita, de forma mecânica, apenas reprodutora de significados; mas, também, pode significar uma relação compreensivo-crítica com o texto, geradoras de significados”. Segundo o autor, a leitura pode ser entendida como a conscientização de algo com o objetivo de conhecer, perceber a significação desse algo.

Nesse contexto, Sacchi Jr. (1986) diz a leitura é a ação que o indivíduo inicia com o intuito de absorver significados. Mas a leitura não se resume apenas na decifração de códigos, ela vai além disso. Existem inúmeras relações, contextos, significados que são implicados na ação de ler. A leitura também é interpretar, entender, refletir, é fazer uma análise crítica daquilo que se ler.

A leitura é algo dinâmico, diante do desenvolvimento de suas capacidades o indivíduo acaba que interagindo com o objeto lido. Criando novas técnicas de adquirir conhecimento, não se limitando a um único formato.

É possível mencionar que a leitura faz parte da vida de qualquer indivíduo, apesar de ser desempenhada de forma diferente por cada um, colaborando para a formação pessoal, intelectual e social. Trazendo para o leitor a reflexão sobre seu próprio aprendizado.

Existem variados conceitos sobre leitura e não existe um juízo inflexível e imutável em relação a eles. Cada autor aborda de maneira diversa, conceituando-a de acordo com sua visão e estudo.

Diante das inúmeras definições da leitura é percebido a dimensão dela para o indivíduo e para a sociedade. A leitura é uma maneira poderosa de adquirir conhecimento, fazendo com que o indivíduo desenvolva seu intelecto, estimulando sua imaginação, aflorando o pensamento crítico. Uma sociedade não leitora, terá dificuldades em seu desenvolvimento.

A prática da leitura tem como objetivo formar leitores competentes e, como consequência, bons escritores. Pois o domínio da leitura possibilita que o indivíduo também domine a prática da escrita. A leitura fornece todas as ferramentas para uma boa escrita, possibilitando ao leitor discernimento diante do mundo em que vive.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997, p.41):

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a língua: características do gênero, do portador, do sistema de escrita, etc. Não se trata simplesmente de extrair informação da escrita, decodificando-a letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica, necessariamente, compreensão na qual os sentidos começam a ser constituídos antes da leitura propriamente dita. Qualquer leitor experiente que conseguir analisar sua própria leitura constatará que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utiliza quando lê: a leitura fluente envolve uma série de outras estratégias como seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível rapidez e proficiência. É o uso desses procedimentos que permite controlar o que vai sendo lido, tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, arriscar-se diante do desconhecido, buscar no texto a comprovação das suposições feitas, etc.

Um leitor competente é aquele capaz de distinguir dentro de outros contextos, aquilo que vem atender suas necessidades, conseguindo usar estratégias de leituras de maneira que possa atender a essas necessidades. A formação de leitores competentes acontece mediante uma prática permanente de leituras de diversos textos, trabalho esse que deve ser organizado diante da compreensão do que se é lido em seu contexto social.

Dessa maneira, é evidente a representatividade do papel que a leitura desempenha na vida de um indivíduo, proporcionando-lhe ferramentas para seu desenvolvimento intelectual e emocional, tornando-se um leitor capacitado e experiente.

Segundo Silva (1995), existem três tipos de leitura, a leitura informacional (atribuído à atualização por meio da busca de acontecimentos cotidianos), a leitura de conhecimento (atribuída à pesquisa e estudo), e a leitura do prazer estético (designada pelo prazer de ler textos literários). A leitura é essencial para o amadurecimento do indivíduo, ela atinge todos os objetivos informacionais para o crescimento intelectual de uma pessoa.

A leitura é fundamental para o desenvolvimento das civilizações, pois é a partir dela que existe comunicação, disseminação da informação e da cultura. Dessa maneira, a biblioteca revelou-se a instituição de guarda, manutenção e disseminação da informação e dos mais variados suportes à leitura, logo, é o principal objeto na formação de leitores. Percebido a relevância da leitura, a biblioteca é o ambiente mais propício para a promoção de hábitos de leitura.

A biblioteca exerce um papel elementar no incentivo aos hábitos de leitura entre os indivíduos, na medida que, promove acesso ao conhecimento, à informação, criando um ambiente propício à imaginação, promovendo a curiosidade e o interesse pelos livros.

O incentivo ao hábito de leitura deve ser promovido desde a infância, logo depois, deve ganhar amparo dentro da escola com a ajuda de professores e bibliotecários que são os responsáveis pela mediação da informação e do conhecimento para os discentes dentro do ambiente pedagógico.

Assim sendo, a biblioteca escolar deve ter como meta aproximar o discente à leitura. À vista disso Mendes; Sousa (2016) comenta:

A biblioteca escolar auxilia no processo de ensino-aprendizagem, na medida em que desenvolve atividades que incentivam à leitura e atividades interdisciplinares, de forma que professores e bibliotecários atuem mutuamente a fim de possibilitar que os estudantes adquiram a inclinação à leitura e ensinar o hábito de leitura.

É no espaço da biblioteca que os alunos desenvolvem sua independência nas atividades educativas, neste mesmo espaço eles são provocados ao saber. A biblioteca deve ser uma opção que o ajudará em sua formação como cidadão ao longo de sua jornada.

A escola e a biblioteca são relevantes para o progresso dos hábitos de leitura, na medida que, as duas são componentes importantes dentro do processo de

formação de leitores. Portanto, a biblioteca está incluída dentro do processo educativo.

A biblioteca escolar é o ambiente adequado para a promoção de experiências no uso da informação, trazendo desenvolvimento e interesse pela leitura.

Roca (2012, p. 24), destaca:

A biblioteca escolar é mais que um recurso, gera possibilidades contínuas de apoio ao trabalho do professor e de coordenação educacional para o desenvolvimento curricular. Dessa forma, o que justifica a existência da biblioteca escolar não é a biblioteca em si como estrutura organizacional estável que proporciona serviços bibliotecários, mas seu uso como recurso educacional facilitador do desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem e de práticas de leitura, e, conseqüentemente, sua conceituação como agente pedagógico que apoia, de forma estável, o desenvolvimento do projeto curricular da escola.

O autor destaca a importância da biblioteca na escola, podendo ser uma ferramenta de apoio ao professor, possibilitando diferentes possibilidades educativas imprescindíveis à formação do estudante, como o hábito de leitura por prazer, formação continuada, democratização do acesso à informação, interação no ambiente escolar, entre outros aspectos.

Segundo a IFLA (1999, p. 2):

A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação, em observância aos princípios do Manifesto UNESCO para Biblioteca Pública.

Percebe-se que a biblioteca escolar é uma ferramenta de grande valor dentro do processo ensino-aprendizagem, é uma poderosa aliada dentro da promoção e formação do hábito de leitura. É um ambiente onde os alunos podem se sentir acolhidos e encorajados, podendo encontrar diversos materiais para complemento de sua aprendizagem, mas também um local de lazer, de diversão atendendo as mais diversas formas e necessidade de seus usuários.

De acordo com as Diretrizes (IFLA, 2006, p.18):

Os alunos são o principal alvo da biblioteca escolar. A cooperação com outros membros da comunidade escolar é importante por ser de interesse dos alunos. Os estudantes podem usar a biblioteca para diferentes propósitos. Ela deve ser vista como um ambiente de aprendizagem livre e aberto, não ameaçador, em que eles possam trabalhar em todos os tipos de tarefas, individualmente ou em grupos.

Diante dessas questões é possível a confirmação de que a biblioteca escolar cumpre um papel importantíssimo na transformação dos indivíduos, é um local ativo para aprendizagem. Deve ser vista como o grande centro de apoio aos estudantes e da comunidade escolar.

A biblioteca escolar deve facilitar a vida do estudante, assim como dos profissionais que dela necessitam, fornecendo material bibliográfico qualificado para professores e alunos, desenvolvendo nesses o gosto pela leitura. Dessa maneira, habituando-os na utilização dos livros, desenvolvendo a capacidade e execução de pesquisas, melhorando suas experiências pessoais, tornando-os seres independentes e capazes.

De acordo com Hillesheim e Fachin (1999, p. 68), os objetivos básicos da biblioteca escolar são:

1) ampliar conhecimentos, visto ser uma fonte cultural; 2) colocar à disposição dos alunos um ambiente que favoreça a formação e desenvolvimento de hábitos de leitura e pesquisa; 3) oferecer aos professores o material necessário à implementação de seus trabalhos e ao enriquecimento de seus currículos escolares; 4) colaborar no processo educativo, oferecendo modalidades de recursos, quanto à complementação de ensino-aprendizagem, dentro dos princípios exigidos pela moderna pedagogia; 5) proporcionar aos professores e alunos condições de constante atualização de conhecimento em todas as áreas do saber; 6) conscientizar os alunos de que a biblioteca é uma fonte segura e atualizada de informações; 7) estimular nos alunos o hábito de frequência a outras bibliotecas em busca de informações e/ou lazer; 8) integrar-se com outras bibliotecas, proporcionando intercâmbios culturais, recreativos e de informações.

Diante desses objetivos, percebe-se o quanto a biblioteca escolar é imprescindível dentro do processo educacional, tornando peça chave na formação educacional e cultural do indivíduo, proporcionando ferramentas para o crescimento individual e coletivo dentro do ambiente escolar.

Os estudantes são os principais usuários da biblioteca escolar, mas ela também está disponível para toda a comunidade escolar contribuindo para sanar as necessidades de todos.

O uso ordenado da biblioteca faz-se decisivo para o desenvolvimento educacional em qualquer competência de ensino. É lá que o aluno construirá seu conhecimento, e conseqüentemente, o ajudará na promoção de novos.

A biblioteca é parte integral da execução do processo educativo. Para o funcionamento ideal da biblioteca escolar a IFLA (1999, p.2) sugere alguns objetivos:

Apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola; desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida; oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento; apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos; prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões; organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade; trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola; proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia; promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu redor.

Dentro da biblioteca escolar inúmeras atividades podem ser realizadas no intuito de despertar o hábito de leitura dos alunos, projetos podem ser elaborados com a atuação conjunta de professores e bibliotecários. Atividades como: saraus, oficinas, encontro com autores, contação de histórias e dentre outras. Uma atividade que chama bastante atenção das crianças é a hora do conto, elas ficam encantadas no momento da atividade. Com criatividade e interesse, pode-se trabalhar de várias maneiras. O teatro por exemplo, podem ser feitas dramatizações com a participação dos alunos, podem ser usadas músicas, pois é uma ferramenta bastante interessante de ser trabalhada.

Com a atividade de contação de histórias, é possível oferecer momentos prazerosos aos alunos, incentivando-os a buscar novas leituras, proporcionando o aperfeiçoamento da linguagem e atenção. Dessa forma, adquirindo conhecimento e reflexão.

É de grande importância que o lúdico seja trabalhado com as atividades de leitura, pois as crianças devem se sentir à vontade com as práticas leitoras, assim, sendo usada como ferramenta de incentivo ao hábito de leitura. Dentro desse grande processo de formação de leitores entra a figura do bibliotecário, agente fundamental no processo de incentivo ao hábito de leitura.

Dessa maneira, “na formação do leitor é imprescindível que haja, a princípio, pessoas envolvidas a meios/recursos para o desenvolvimento do gosto e competência para a leitura” (BICHERI; ALMEIDA JUNIOR, 2013, p.41).

Nesse sentido, a pessoa do bibliotecário é essencial, pois é ele juntamente com o professor que vai fazer acontecer a mediação da leitura dentro do ambiente escolar.

É necessário que o bibliotecário reconheça a sua responsabilidade nesse trabalho, contribuindo para a formação de leitores. “A integração do bibliotecário junto ao corpo docente deve ser considerada como um dos principais fatores que influenciam no processo de ensino-aprendizagem” (NUNES; SANTOS, 2020, p. 7).

O trabalho integrado do bibliotecário com os professores facilitará todo o processo de incentivar a leitura entre os alunos. A presença do bibliotecário dentro do ambiente escolar, proporciona muitos benefícios à escola e alunos, pois é ele que promove o desenvolvimento de atividades de incentivo à leitura e formação da competência informacional.

Reconhecer que sua profissão é de grande relevância pra sociedade, o bibliotecário também deve reconhecer sua importância dentro do ambiente de transformação social. Sua participação no processo educacional é indispensável para formar leitores críticos e reflexivos.

De acordo com Bicheri; Almeida Júnior, (2013, p. 44):

É imprescindível que, independentemente do ambiente e de influências educacionais, políticas, sociais, e culturais, o bibliotecário seja, antes de tudo, um leitor. Um leitor incondicional e permanente dos assuntos ligados à sua área profissional, de atuação específica e também de modo geral a temas referentes às questões sociais, políticas e econômicas de maneira a atuar de forma relevante e competente em seu meio, procurando sempre redimensionar suas atividades de acordo com a realidade, mudanças e necessidades de sua comunidade.

É sabido que no Brasil pouquíssimas bibliotecas possuem um bibliotecário, muitas das vezes a biblioteca é dirigida por um professor afastado de sala de aula. Foi sancionada a lei 12.244 de 2010 que determina a obrigatoriedade de bibliotecas e bibliotecários nas escolas. A mencionada lei será explanada com profundidade em uma outra seção deste trabalho.

Conclui-se que a incorporação da biblioteca e do bibliotecário dentro do sistema educacional é uma maneira de proporcionar qualidade ao ensino básico. A biblioteca é vista como um local de atividade educacional e cultural, enquanto que o bibliotecário é visto como um agente da comunidade escolar que tem como papel formar leitores, respeitando as carências informacionais originárias do ambiente educacional.

4 PROGRAMAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E DA BIBLIOTECA NO BRASIL

Existe um enorme debate no Brasil sobre a relevância da leitura e da biblioteca escolar, contudo, o que pode ser observado é a escassez de programas concludentes de inserção e valorização das bibliotecas escolares, e programas que estimulem de forma eficiente a aproximação do discentes com o livro, e consequentemente, à leitura.

Não é nenhuma surpresa a situação que se encontra as bibliotecas brasileiras, a maioria funciona de forma precária, com acervos defasados, com falta de profissionais qualificados, sem uma boa estrutura física. Existe uma enorme preocupação do poder público em viabilizar o livro, distribuindo nas entidades escolares, mas sem a preocupação de qualificar o profissional que faz uso da biblioteca, e também da ausência de políticas públicas de construção, reforma e ampliação do espaço físico.

Segundo Oriá (2017, p.8):

A importância da biblioteca escolar como equipamento indispensável nos estabelecimentos de ensino é uma demanda relativamente recente na história da educação brasileira. Embora as primeiras escolas, sob a coordenação dos Jesuítas, já no período colonial, contassem com bibliotecas, podemos afirmar que essa preocupação em torno da biblioteca surge com os educadores ligados ao movimento educacional, conhecido como 'Escola Nova', na década de 30 do século passado.

Dois acontecimentos se destacam nessa inauguração de políticas públicas voltados para o incentivo à leitura no Brasil: a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em 1930, e o reconhecimento legal, em 1934, da educação como direito de todos e dever do poder público e das famílias pela Constituição Federal (PONTES; PINTO, 2020).

Ainda na década de 1930, é relevante mencionar outro acontecimento: foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937. De acordo com Cordeiro (2018, p.1483):

A gênese do INL foi um importante marco na questão da leitura, pois foi o primeiro órgão criado com o intuito de promover ações com foco na propagação do livro. O Instituto tinha por principais metas a elaboração de uma enciclopédia e de um dicionário nacional, bem como a expansão das bibliotecas pelo Brasil.

Contudo, o INL possuía características de censurar obras que fossem contra a imagem do governo, tirando de circulação e fechando editoras. Lembrando que o Governo Vargas, caracterizou-se por uma ditadura, chamada “Estado Novo”.

Em seus 52 anos de atividade, de 1937 a 1989, o INL teve sua atuação considerada polêmica.

Oliveira (1994, p. 44) comenta:

Visando contribuir para a criação de uma cultura nacional, o instituto centrou o trabalho no livro, como instrumento de estabilidade social e transmissão desta cultura. Na esfera econômica, através do incentivo à edição de obras de interesse para a cultura brasileira e da criação de bibliotecas públicas, estimulou a ampliação do mercado livreiro do país.

No entanto, na análise de Miceli, (1979, p. 159):

estas competências do instituto, agregadas às políticas de cooptação de intelectuais para o trabalho em organismos governamentais e de censura da atividade intelectual, permitiram ao Estado Novo controlar todo o ciclo de produção cultural impressa, desde a elaboração, passando pela editoração e comercialização, até sua divulgação.

A questão da censura e do controle estava explícita dentro das funções do INL. A facilidade na oferta de livros pelo Instituto não garantiu na prática a formação de leitores.

Apesar de alguns pontos negativos, as ações do INL contribuíram para o desenvolvimento da biblioteca pública no Brasil e também para a biblioteconomia, ajudando na formação de um quadro de profissionais especializados.

Logo em seguida, na década de 1960, é criado o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB), que segundo as palavras de Caldas (2005, p.86):

Foi uma iniciativa interessante que visava ao intercâmbio entre bibliotecas propondo um crescimento estruturado na organização e funcionamento das bibliotecas públicas, que seria uma espécie de guardião do saber, um depósito da cultura erudita, que deveria ser organizado nas bibliotecas, porém, o incentivo do mesmo ainda era bem tímido.

O SNB buscou ordenar e reger o funcionamento das bibliotecas no Brasil, no entanto, a iniciativa não foi um sucesso, pois não houve ações de incentivo da utilização desses espaços.

Em 1966, foi criada a Comissão do Livro técnico e Livro Didático (COLTED), o programa distribuiu mais de 51 milhões de livros, mas sempre sob a repressão e censura a qualquer obra veiculada.

Ao mesmo tempo, o aumento do número de escolas públicas no Brasil leva o direcionamento das produções editoriais às instituições, levando, assim, ao aumento exponencial de obras literárias direcionadas a crianças na década de 1970. Além disso, tida como “terreno neutro”, a literatura para crianças passa a ser atraente para alguns escritores que viam ali a possibilidade de “incitar a população e desenvolver nos pequenos leitores a necessidade de uma consciência crítica acerca da situação do país, de modo bastante metafórico. (CORDEIRO, 2018, p. 1484).

Com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE), em 1979, é criado o programa de Desenvolvimento e Preservação do Livro (Prodelivro), que em 1985, foi substituído pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

Decorrente das políticas de universalização da Educação Básica, nasceu o PNLD com a preocupação de viabilizar a reflexão, a obtenção global e a distribuição dos livros didáticos.

Na década dos anos 1990, o PNLD foi aprimorado, como a globalização de atendimentos para os alunos do ensino fundamental das instituições de ensino públicas, e também foi incorporado a avaliação pedagógica, assegurando a qualidade do material obtido.

É relevante destacar o caráter democrático do PNLD, pois os próprios professores faziam a seleção dos livros didáticos. Além do mais, os livros eram reaproveitados por três anos.

O programa passa por transformações, e em 2017 é sancionado o decreto número 9.099 regulamentando as ações do PNLD, que possui os objetivos:

I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação; II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica; III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura; IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes; V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular. (BRASIL, 2017)

Dessa maneira, Pontes; Pinto (2020, p. 260), afirma:

Assim, fica evidente que o PNLD assume um caráter muito mais abrangente do que simplesmente garantir material didático às escolas públicas brasileiras, ele passa a ser um verdadeiro instrumento revolucionário na educação brasileira, objetivando uma formação cada vez mais integral ao estudante e ao professor.

É importante ressaltar que o PNLD também atende a clientela da educação especial. Obras didáticas em braile são distribuídas, dentre eles livros de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e outros.

Na década de 1980, com a literatura fazendo parte da pauta das políticas públicas, é criado o Programa Nacional Salas de Leitura (PNSL). Com seu tempo de existência precoce, foi criado em 1984 e extinto em 1996, sua proposta era a construção de salas de leitura para depois receber acervos destinados pelo projeto.

Nos anos de 1984, 1985 e 1986 o PNSL entregou mais de 4 milhões de títulos a várias escolas. No ano de 1988 muda de nome e passa a se chamar Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares. Assim, buscando também a criação de biblioteca escolares. “Apesar de ter distribuído um número significativo de livros e de ter construído uma importante quantidade de bibliotecas, o ano de 1996 marcou o fim do PNSL (CORDEIRO, 2018, p. 1485-1486).

Já no período de redemocratização, mais precisamente em 1989, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), fundada por especialistas em literatura infantil, exibem uma proposta de incentivo à leitura para o INL. A proposta era o resultado de reuniões com autoridades de bibliotecas e escolas do Rio de Janeiro e empresas. Seu principal objetivo era a disseminação da importância política, social e cultural do incentivo ao hábito de leitura.

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura, em 13 de maio de 1992, foi instituído pelo decreto n. 519, e vinculado a Biblioteca Nacional. Instalado na Casa da Leitura no Rio de Janeiro com a atribuição de valorização da leitura, e criando parcerias de promoção ao hábito de leitura em todo o território nacional.

O PROLER foi criado em 1992, pelo presidente da República Fernando Collor de Mello, pelo secretário de cultura Sérgio Paulo Rouanet, e por Affonso Romano de Sant’anna diretor da Fundação Biblioteca Nacional.

Segundo o documento “PROLER – concepção, diretrizes e ações” (1998, p. 7):

O PROLER vem acontecendo desde 1992. Em meados de 1996, a então nova direção da Fundação Biblioteca Nacional – da qual o Programa é integrante – reorientou-o no sentido de, por meio de uma Comissão Nacional, fazê-lo representativo de diferentes modos de ver e conceber a leitura, por meio da articulação de profissionais do MEC e de instituições com experiência em programas de leitura.

A composição da comissão teve a articulação de variados estudos em relação a promoção da leitura. Tais estudos são originários de instituições e entidades acadêmicas e organizações não-governamentais.

O PROLER passou, assim, a ser um programa que busca contemplar a variedade e a diversidade das práticas brasileira de promoção da leitura em todo o país, refletindo inúmeros anos de experiência e de estudo dos profissionais que atuam na área. O projeto é, pois, uma proposta articulada dos múltiplos parceiros que, em âmbito nacional, desenvolvem ações de leitura em diferentes locais do Brasil. (PROLER – concepção, diretrizes e ações, 1998, p. 8).

Constituem objetivos do PROLER:

I – Promover o interesse nacional pelo hábito de leitura; II – Estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; III – Criar condições de acesso ao livro (Brasil, 1992).

O PROLER desenvolver-se-á a partir dos seguintes mecanismos:

I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca; II - dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções; III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura; IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público; V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura; VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura (BRASIL, 1992).

O compromisso do PROLER era a promoção da democratização para toda a população, leitora e não-leitora, proporcionando acesso à informação. Algo de suma importância nas sociedades contemporâneas, dessa forma, reduzindo os dispositivos de exclusão social.

Segundo Cordeiro (2018, p.1487), “o programa de maior porte já criado no Brasil é o PNBE”. Instituído pela Portaria Ministerial nº 4, de 28 de abril de 1997 do MEC, foi criado com o objetivo de fornecer as escolas brasileiras, acervos didáticos e também bibliográficos. Estava sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do MEC, em parceria com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O grande objetivo do PNBE é incentivar e contribuir na promoção da cultura. Estimulando professores e alunos, distribuindo obras literárias e de pesquisas nos acervos das bibliotecas escolares brasileiras, facilitando o acesso à leitura. Contribuindo na formação de hábitos de leitura e na formação de novos leitores.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola trazia em seu art. 1º, as seguintes características básicas:

a. aquisição de obras de literatura brasileira, textos sobre a formação histórica, econômica e cultural do Brasil, e de dicionários, atlas, enciclopédias e outros materiais de apoio e obras de referência; b. produção e difusão de materiais destinados a apoiar projetos de capacitação e atualização do professor que atua no ensino fundamental; c. apoio e difusão de programas destinados a incentivar o hábito de leitura; d. produção e difusão de materiais audiovisuais e de caráter educacional e científico (BRASIL, 1997).

Diante do maior programa federal para distribuição de acervos literários, o PNBE tornou-se o principal responsável por implantar inúmeras bibliotecas e espaços de leitura por todo o Brasil, contribuindo para o fomento à leitura.

E por último o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), foi instituído em 2006, pelos Ministérios da Cultura e Educação. O PNLL é uma política pública com o compromisso na promoção de políticas da leitura, do livro e da biblioteca. Aparecendo como o último grande projeto de incentivo à leitura no Brasil.

Quatro eixos norteiam sua organização:

Eixo 1: Democratização do acesso; Eixo 2: Fomento à leitura e à formação de mediadores; Eixo 3: Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; Eixo 4: Desenvolvimento da economia do livro (BRASIL, 2011).

E pra finalizar é possível citar a Lei 12.224/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do país, que pela sua grande importância terá uma seção à parte dentro deste trabalho. Existem inúmeras outras políticas públicas de incentivo à leitura, mas a intenção deste trabalho é o de apresentar apenas algumas dentro do contexto estudado.

5 A LEI 12.244/2010 UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS

A educação é um direito relevante a todos os indivíduos, e ter acesso garantido e de qualidade é fundamental para o desenvolvimento cultural, social e intelectual de qualquer cidadão. Nesse sentido, em 24 de maio de 2010, é promulgada a lei 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino básico do País (BRASIL, 2010).

A promulgação da citada lei, foi consequência da persistência da classe bibliotecária, que há tempos denunciava a escassez de bibliotecas nas escolas brasileiras e da debilidade das pouquíssimas que existem, situação em que pode ser comprovada em diversos estudos (CAMPELLO et al., 2012).

Foi realizada campanhas pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-8), de São Paulo, e logo depois pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), com o intuito de impactar a sociedade e os representantes governamentais para a demanda de se criar bibliotecas em todas as escolas brasileiras, dessa maneira, contribuindo para a melhoria da educação em nosso país (CAMPELLO et al, 2016).

A lei federal 12.244/2010 em seu texto prevê, que no prazo máximo de 10 anos, contados do ato de sua publicação, todas as instituições escolares públicas e privadas sejam contemplados com bibliotecas, acervo de no mínimo um título por aluno e com o profissional da área de biblioteconomia que são amparados pelas leis nº. 4.084/1962 e nº. 9.674/1998 (BRASIL, 2010).

Essa lei objetivava atender os anseios e reivindicações da classe bibliotecária que há anos lutava pela criação de políticas públicas que amparassem as bibliotecas escolares em nosso país. Logo após ser sancionada, a classe bibliotecária se movimentou em todo o Brasil, é importante mencionar que a referida lei impõe uma grande valorização a classe dos bibliotecários. Vale também destacar que a lei 12.244/2010 foi baseada no Projeto de Lei 324/09 (Brasil, 2009), do deputado Lobbe Neto (PSDB), sendo relator o senador Cristovam Buarque (PDT) e sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a promulgação da lei 12.244, segundo Carvalho Silva (2011, p. 504), o governo reconhece que “[...] parte considerável das escolas [do país] não possui bibliotecas de forma efetiva, embora tentem constituir estruturas que configurem uma biblioteca de forma aleatória”.

O texto da lei 12.244/2010 é de conteúdo pequeno e apresenta apenas quatro artigos:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.
 Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.
Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.
 Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.
 Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2010).

Oriá (2017, p. 13), afirma:

essa nova legislação representa um importante avanço ao dispor que todas as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, nos diferentes níveis e em todos os sistemas de ensino deverão desenvolver esforços progressivos para a universalização das bibliotecas escolares em todo o país, num prazo máximo de dez anos.

A lei é vista com certo otimismo como pode ser observado nas palavras de Castro Filho; Copolla Jr, (2012, p.31), “diante das limitações enfrentadas pela biblioteca escolar, uma esperança começa a se desenhar; em 24 de maio de 2010, entrou em vigor a lei nº12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino no País”. Os autores citados consideram que a lei é de uma enorme representação, em relação ao Estado ter uma posição diante do Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Com a sanção da lei, novas reflexões entraram em debate nas áreas da ciência da informação e biblioteconomia relacionadas a biblioteca escolar.

Com uma posição também otimista e esperançosa com a possível qualidade das bibliotecas, Fragoso (2011, p. 14) afirma:

[...] possibilita a revisão dos paradigmas, amplia o horizonte das bibliotecas e estabelece amparo legal para a criação de bibliotecas com espaço físico adequado, acervo selecionado e adquirido, levando em conta as prioridades da comunidade escolar e a especificidade regional. E concretiza a presença profissional especializada para gerenciar esse local, dinamizando seus serviços e produtos em sintonia com o corpo técnico e docente.

Em relação a citação da autora, alguns aspectos não foram mencionados na lei, como é o caso da qualidade dos serviços e acervos, mas é previsto o respeito à profissão do bibliotecário. A autora acredita na relevância do profissional bibliotecário, pois é a partir desse profissional que os serviços da biblioteca poderão serem alcançados de forma mais efetiva e plena.

Carvalho Silva (2011, p. 511), acredita que a lei pode ser “uma conotação de mudança”, uma “possibilidade de transformações que a biblioteca escolar precisa para mostrar sua potencialidade”.

Logo, é imprescindível acreditar que a lei possa ser suscetível de reconhecimento, e cabe a classe biblioteconômica ressaltar a relevância da biblioteca escolar.

Em um país continental como o Brasil, onde existem milhares de escolas públicas e privadas, sendo que grande parte não possui bibliotecas escolares, toda e qualquer iniciativa de ampliar o acesso da comunidade escolar as bibliotecas é de grande importância para o contexto educacional e devem ser valorizadas.

Em relação as escolas brasileiras no quesito valorização, as bibliotecas do setor privado, possuem um pouco mais de visibilidade, segundo (MACEDO,2005). E essa valorização se dar pelo fato de escolas particulares investirem na contratação de bibliotecários e sistemas que ajudam na organização do espaço das bibliotecas, assim, facilitando a disponibilização dos serviços.

A desqualificação quando se trata de serviços públicos em relação a biblioteca escolar, colabora na construção de uma visão pessimista da sociedade, dessa maneira, colocando em evidência as do setor privado, que nem sempre estão em melhores condições como muitos pensam.

É percebido a divisão de opiniões em relação a lei, alguns vendo como algo positivo, outros pontuando algumas críticas em relação a referida lei, como é o caso de Maciel; Lima, (2013, p.11), quando dizem:

A julgar pela maneira limitada como a biblioteca da escola é representada nessa legislação, visto que a concepção filosófica apresentada não vai além da existência [da biblioteca] e dos processos de preparação e organização dos materiais informacionais disponibilizados, a impressão é que pouca coisa irá mudar nesse campo social. Não obstante o seu impacto junto aos bibliotecários, essa lei apenas reproduz a lógica que tem orientado as ações do governo federal, que confunde política de biblioteca com programas de distribuição de livros didáticos [...]

Carvalho Silva (2011, p. 509) também faz críticas:

verifica-se que a lei apresenta perspectivas para a biblioteca escolar no Brasil, mas também deficiências teóricas e propositivas. Porém, a maior deficiência está em não garantir critérios para que seu intento seja efetivamente concretizado no prazo estipulado. Com efeito, uma alternativa seria definir responsabilidades compulsórias no caso do seu descumprimento. Esta não-indicação de responsabilidades no texto da lei causa esse receio.

Desse modo, deveria existir um artigo na lei que determinasse ao poder público uma porcentagem do orçamento das escolas para as bibliotecas escolares. “E a mesma exigência aos empresários da educação, procurando desta forma garantir investimento na biblioteca: estrutura física, organização, sistema, contratação de bibliotecários e de outros profissionais” [...] (CARVALHO SILVA, 2011, p.509). Independentemente de qual seja o gestor, sendo ele público ou privado, no caso de descumprimento da lei, deveriam pagar algum tipo de multa.

Com relação a demanda da Lei por profissionais bibliotecários e diante da implantação, será necessário a contratação de milhares de bibliotecários, para que possa ser garantido as atribuições específicas da biblioteca escolar.

Com a criação de uma biblioteca em cada unidade escolar de ensino, haverá uma enorme demanda por profissionais bibliotecários por todo o país. A lei designou a contratação de 175 mil bibliotecários até o final do prazo estipulado pela lei. Os efeitos da lei para a classe são benéficos, pois criam postos de trabalho para uma atividade bastante negligenciada pelos governantes de todas as esferas do país, que na intenção de cortar gastos, não investem como deveriam na área da educação.

A lei 12.244/2010 surgiu para trazer instrumentos na construção de práticas para a universalização das bibliotecas nas escolas, porém passados os 10 anos exigidos na lei, pouco foi feito, houve poucos avanços. A lei não está sendo cumprida e o descaso é bem perceptível.

Oriá (2017, p. 13), também faz críticas em relação a falta de critérios que garantam o cumprimento da lei:

Em que pese a iniciativa parlamentar, a referida lei traz algumas lacunas e problemas de operacionalização. Na verdade, ao instituir a obrigatoriedade desse equipamento na escola, não trouxe dispositivos que garantam seu efetivo cumprimento. Ela não determinou, por exemplo, qual ente federativo seria responsável pela implantação de bibliotecas nas escolas e com que recursos orçamentários. Fala-se apenas de “sistemas de ensino”, mas não se estabelece as obrigações, de forma pactuada, entre os municípios, os estados e a União na universalização das bibliotecas escolares. Não trouxe

nenhuma penalidade ou sanção ao descumprimento da lei, fazendo com que, [...], ainda tenhamos muitas escolas desprovidas de biblioteca. E o mais sério: contribuindo para aquele velho jargão popular que diz que a referida lei se tornou, de certa forma, “letra-morta”.

Lembrando que o simples fato de uma escola possuir uma biblioteca, não há garantias do bom uso desse espaço. Algumas escolas possuem bibliotecas e salas de leituras, mas não as utilizam da forma correta, dessa maneira, acarretando em prejuízo para toda uma comunidade escolar, onde se deixa de fomentar a aproximação ao livro e não dando suporte a sala de aula minimizando todo o potencial desse importante ambiente.

Um outro ponto importante que também cabe algumas críticas e observações é em relação ao acervo das bibliotecas. Segundo Carvalho Silva (2011, p.507), pontua que “essa questão não está devidamente elucidada. Inicialmente em virtude de supervalorizar o livro como única exigência de suporte documental”. No texto da lei, há uma certa valorização ao livro físico.

Sabe-se que um acervo deve ser contemplado com uma enorme variedade de materiais, e não apenas de livros. É de suma importância que um acervo além de um aspecto quantitativo ele também possua um aspecto qualitativo, e que seja adaptado de forma que atenda às necessidades da comunidade escolar.

Pereira (2006, p. 13) sugere que:

o acervo seja constituído de pelo menos obras de referência (enciclopédias, dicionários, gramáticas, atlas), periódicos (jornais e revistas), documentários (ensaios, biografias, culinária, paradidáticos), outras coleções (mapas, reproduções de obras de arte, fotos) e obras de ficção (contos, poesias, romances, teatro, narrativas por imagens). Além disso, na sociedade de informação, a autora sugere que a biblioteca também conte com materiais audiovisuais e digitais.

Logo, é importante um montante orçamentário para que sempre haja uma atualização e ampliação desse acervo. Sem essa atualização o acervo pode se tornar ultrapassado, e conseqüentemente, prejudicando os serviços da biblioteca.

Outras tentativas foram feitas no intuito da implantação de políticas públicas em relação a universalização das bibliotecas escolares, um exemplo dessa tentativa foi o projeto de lei nº 3.549 de 2000, da Deputada Federal do Rio Grande do Sul, Esther Grossi. Em síntese, aqui está o texto do referido projeto de lei mencionado, nos seus quatro artigos:

Art. 1º É da responsabilidade das entidades mantenedoras a criação e a manutenção das bibliotecas escolares em todas as unidades de ensino da federação; Art. 2º Entenda-se como bibliotecas escolares a coleção de livros, materiais videográficos e documentos congêneres para estudo, consulta e leitura recreativa, considerando como acervo mínimo, quatro livros por aluno matriculado; Art. 3º Cabe aos sistemas de ensino prever a ampliação deste acervo mínimo conforme cada realidade e divulgar orientação de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares; Art. 4º Num prazo máximo de dez anos, a orientação e a supervisão das bibliotecas escolares deverá ficar a cargo de bacharéis de biblioteconomia, auxiliados por técnicos em biblioteconomia, designados pelos órgãos de administração dos sistemas de ensino (BRASIL, 2000).

A matéria do citado projeto de lei tem enorme semelhança com a lei 12.244/2010, elementos como o conceito de biblioteca escolar, instituições mantenedoras, os prazos para a universalização, além da busca pela valorização do profissional bibliotecário, organização e serviços da informação e atividades de fomento à leitura.

A classe política relata como empecilho a falta de verbas, o tempo exigido não foi cumprido e já existe um projeto de lei para a prorrogação dessa data para 2024. Desse modo, foi criada a PL 4003 de 2020 que tem o intuito de prorrogação da lei e também sobre uma nova definição da biblioteca escolar.

O tempo exigido pela lei nem é o problema em si, mas a falta de um processo na elaboração de variadas estratégias para a integração e sua concretização. É preciso ação nas políticas públicas, um trabalho em conjunto de todo o sistema político

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da câmara dos deputados aprovou em 2019 a redação final do Projeto de Lei 9.484/18, que teve como autoria a ex-deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ) e da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

No texto do projeto de lei, o SNBE tem como função incentivar a implantação das bibliotecas escolares em todo o território nacional, e tem como objetivos:

I – disponibilizar e democratizar a informação, ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes; II - promover as habilidades, competências e atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do(a)s aluno(a)s, em especial no campo da leitura e da escrita; III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem; IV - apresentar-se como espaço de estudo, encontro e lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios (BRASIL, 2018).

O SNBE tem como proposta, buscar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino, oferecendo subsídios para sua efetivação, definindo parâmetros para sua infraestrutura, assim como, para as políticas de acervos e seus desdobramentos técnicos.

Logo após aprovado na câmara, o PL passou para o senado como Projeto de Lei nº5656/2019 onde se encontra em fase de tramitação, no aguardo do parecer da senadora Zenaide Maia.

Logo após o fim da data exigida pela lei 12.244/2010, em 2020, dão-se três novos projetos referentes a universalização das bibliotecas escolares. O projeto de lei nº 226/2020 do Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA – GO), que altera a lei 12.244/2010, incluindo em seu texto a obrigatoriedade do bibliotecário nesses espaços ou no mínimo a assistência desse profissional.

O segundo projeto de lei de nº 4.003/ 2020, de autoria do deputado Sérgio Vidigal (PDT-ES), tem como proposta nova definição de biblioteca escolar, com intuito de incluir acervos virtuais conectados, e também alterar o prazo para efetivação da universalização das bibliotecas escolares físicas e/ou virtuais.

E por último o projeto de lei nº 4.401/2020 da deputada professora Dayane Pimentel (PSL–BA), traz novos requisitos mínimos e amplia o prazo da biblioteca escolar. É importante mencionar que todos esses projetos aguardam despacho em suas respectivas casas.

Conclui-se que a lei nº 12.244/2010 não vem sendo cumprida como todos desejavam. A criação de bibliotecas escolares é de grande importância, mas apenas o primeiro passo. É preciso criar condições para o aperfeiçoamento desses ambientes, assim como existe a necessidade que a classe bibliotecária se mobilize, propondo alternativas para a concretização da lei. Os gestores públicos devem olhar para as escolas e as bibliotecas escolares com mais atenção, dessa maneira, aplicando recursos para a completa efetivação das leis que proporcionarão mais qualidade na vida escolar e profissional de muitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os tempos antigos, a leitura fez parte na vida dos indivíduos, estando sempre presente no cotidiano das pessoas. O presente estudo buscou trazer o contexto histórico da biblioteca escolar, mostrar a importância da biblioteca escolar e do profissional bibliotecário na promoção de incentivos aos hábitos de leitura e identificar algumas políticas públicas que podem influenciar na efetivação desses objetivos, podendo trazer mecanismos que facilitarão a atuação do profissional bibliotecário e ressaltar que o hábito da leitura pode proporcionar aos indivíduos qualidade de vida, transformando-os em seres autônomos e pensantes.

Em vista disso, a relevância deste trabalho é apresentar para a classe bibliotecária e profissionais da educação o quanto a biblioteca escolar é importante para que se promova hábitos de leitura, pois é a partir desse hábito que o indivíduo se desenvolverá, tornando-se um leitor crítico e autônomo. Dessa maneira, contribuindo para a valorização da biblioteca escolar.

Este trabalho foi embasado por um exaustivo estudo de revisão bibliográfica e pesquisa documental na literatura da biblioteconomia e áreas afins, onde buscou-se mostrar a importância da biblioteca e do bibliotecário escolar no incentivo ao hábito de leitura, onde foram utilizadas expressões de busca como importância da biblioteca escolar, incentivo ao hábito de leitura, políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar. Dessa maneira, obtendo resultados onde se levantou o material para o desenvolvimento desta pesquisa.

O objetivo geral deste trabalho foi compreender a importância da biblioteca escolar brasileira no incentivo ao hábito de leitura, tendo em vista o estudo realizado, é possível concluir que o objetivo foi cumprido, onde os autores consultados atribuem grande relevância à biblioteca escolar, que diante disso, conclui-se que a biblioteca escolar é uma ferramenta que contribui enormemente de forma eficaz para a promoção de hábitos de leitura.

Assim como o objetivo geral, os específicos também foram cumpridos. Entretanto, alguns pontos são importantes serem levantados: a biblioteca escolar, o bibliotecário escolar e a família são fundamentais na mediação e no fomento à leitura. A família inicia essa mediação, quando a criança tem os primeiros contatos com a leitura, a biblioteca traz as ferramentas que dá acessibilidade à leitura, como é o caso

dos acervos e o bibliotecário é o profissional que trará a aproximação dos alunos, que dependendo do seu perfil tornará esse processo mais prazeroso.

Tendo em vista que as hipóteses levantadas na pesquisa foram: a biblioteca escolar e o bibliotecário escolar são relevantes para a promoção e o incentivo ao hábito de leitura, as políticas públicas em relação ao livro e a biblioteca garantem a efetivação da biblioteca escolar contribuindo para a melhoria da educação. Conclui-se a biblioteca escolar e o bibliotecário escolar são essências nesse processo de incentivo ao hábito de leitura e também contribuindo no processo de ensino-aprendizagem. Em relação as políticas públicas, O Brasil possui diversas políticas do livro, leitura e bibliotecas. Contudo, falta organização, valorização, compromisso dos governantes para que as legislações sejam aplicadas de forma eficaz.

As limitações deste estudo foram o tempo limitado do autor, que por conta da redução do período letivo não pode fazer um estudo de caso para o aprofundamento na parte prática da pesquisa em questão.

Espera-se que a realidade estudada nesta pesquisa, possa fornecer em seu conjunto, subsídios para novos estudos, estimulando outros pesquisadores interessados no assunto abordado. Entendendo que o hábito de leitura é de suma importância na formação do cidadão crítico e reflexivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Beatriz, CARVALHO, Patrícia. **As centenárias e históricas escolas de São Paulo**. Revista SIOEST, São Paulo, v.22, n.187, p.44-54, nov., 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996. 255p.

BARROS, M. H. T. C. **O bibliotecário e o ato de ler**. In: SILVA, E. T. (Org.). O bibliotecário e a análise dos problemas de leitura. Campinas: ALB, 1986. p.11-15. (Série cadernos da ALB).

BEIRITH, Ângela. **As escolas isoladas de Florianópolis no contexto da regulamentação do ensino primário (1946-1956)**. Revista Linha: Revista do Programa de Pós- Graduação em Educação, Florianópolis, v.10, n. 02, p. 156-168, jul./ dez.2009.

BICHERI, A. L. A. de O.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Bibliotecário escolar: um mediador de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 41-54, 2013. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2013.106585. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106585>. Acesso em: 13 abril. 2023.

BRASIL. Decreto nº519, de 13 de maio de 1992. Institui o programa de incentivo à leitura PROLER e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, 13 de maio. 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º set. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Decreto no 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de jul. de 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Lei 12.244 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. Brasília, DF, 1997. 144 p.

BRASIL. Câmara dos deputados. PL 3549/2000. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares e determina outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19835>. Acesso em: 21 maio. 2023.

BRASIL. Câmara dos deputados. PL 9484/2018. Altera a Lei no 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216771> 6. Acesso em: 20 mar. 2020.

CALDAS. Elaine Formentini. A Trajetória dos Programas Oficiais de Leitura e da Biblioteca Pública no Brasil Durante o Período de 1937-2004. 2005. 182 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2005.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.244. **PontodeAcesso**, v. 10, n. 2, p. 39-58, 2016.

CAMPELLO, B. S. et al. Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos? **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 1-29, 2012.

CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n. 2, p. 489-517, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/88686>. Acesso em: 10 maio. 2023.

CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. **Uma análise sobre a identidade da Biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo**. Olinda: Edições Baluarte, 2010. 99p.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; COPPOLA JUNIOR, Claudinei. A biblioteca escolar e a lei 12.244/2010: caminhos para a implantação. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 30-41, 2012.

CORDEIRO, Maisa Barbosa da Silva. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura no Brasil: uma análise (1930-2014)**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1477-1497, out./dez. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/WbBCbJNVTSp4jqT8P4T5c9f/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 16 de jun. 2023.

DE ANDRADE HILLESHEIM, Araci Isaltina; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem p. 64-79. **Revista ACB**, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999.

DE OLIVEIRA BICHERI, Ana Lúcia Antunes; JÚNIOR, Oswaldo Francisco Almeida. Bibliotecário escolar: um mediador de leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 2, n. 1, p. 41-54, 2013.

EGGERT-STEINDEL, Gisela, FONSECA, Caio Faria. **A biblioteca escolar: participante da promoção da justiça e êxito escolar**. In: VALLE, Ione Ribeiro; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; DAROS, Maria das Dores (org.). Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

FRAGOSO, Graça Maria. **A lei e seus desdobramentos**. Salto para o Futuro: Biblioteca escolar: que espaço é esse? Brasília, DF: ano XXI, boletim 14, p. 12-17, out. 2011.

IFLA. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. Tradução Neusa Dias Macedo. São Paulo: IFLA, 1999. Disponível em: Disponível em:
https://www.ifla.org/files/assets/school.../school-library-guidelines-pt_br.pdf
 Acesso em: 12 abril. 2023.

IFLA; UNESCO. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar**. Tradução de Neusa Dias de Macedo. 2005. Disponível em:
 <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resourcecenters/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra. (ORG.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 184p.

LOPES, Leonardo Montes. RIBEIRO, Bruno Oliveira. **Biblioteca escolar: trajetória histórica, panorama atual e políticas públicas**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 10, Vol. 05, pp. 64-86. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educação/biblioteca-escolar>. Acesso: 12 maio.2023

MACEDO, Neusa Dias de (org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Conselho regional de biblioteconomia, 2005.

MACIEL, Raquel Santos; Lima, Raimundo de. As bibliotecas dos campi do Instituto Federal do Amazonas em Manaus: marcos regulatórios, estruturação e funcionamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1240>. Acesso em: 12 mar. 2023..

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense. 2005.

MENDES, T. S.; SOUSA, M. I. A. A contribuição da biblioteca escolar para a formação do estudante e o desenvolvimento do hábito de leitura. **Revista Bibliomar**, v. 15, n. 1/2, p. 16-27, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/126476>. Acesso em: 01 abril. 2023.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MINISTÉRIO DA CULTURA/FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **PROLER – concepção, diretrizes e ações**. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: 1998.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. Ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2006. 259p.

NUNES, Martha Suzana Cabral; SANTOS, Flaviana de Oliveira. Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores. **Perspectivas em**

Ciência da Informação, v. 25, p. 3-28, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/d8qjiXtVvK3FzRTXJfRg7Pd/>. Acesso em: 12 maio.2023.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de biblioteca públicas no Brasil, 1937–1989. 1994. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

ORIÁ, R. **Bibliotecas escolares no Brasil**: uma análise da aplicação da lei nº12.244/2010. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017. 32 p.

PEREIRA, Andréa K. **Biblioteca na escola**. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria da Educação Básica, 2006.

PONTES, F. E. C. PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO PNLD LITERÁRIO 2020. **Revista Alere**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 251–270, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/alere/article/view/4846>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ROCA, G. D. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. São Paulo: Artmed Editora, 2012.

SACCHI Jr. N. **O ato de ler como um processo de descoberta da realidade**. In: SILVA, E. T. (Org.). **O bibliotecário e a análise dos problemas de leitura**. Campinas: ALB, 1986. p. 4-10. (Série cadernos da ALB).

SALCEDO, D.; STANFORD, J. O incentivo a leitura na biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. n. 1, v. 12, p. 27-44, 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/377/484>. Acesso em: 10 maio. 2022.

SANTOS, J. M. **O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento**. v. 8, n. 2, p. 175-189, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2986>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas-SP: Autores associados, 2008. (Coleção Memórias da Educação).

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da literatura na escola**: pesquisas x propostas. São Paulo: Ática. 1995.

SOARES, I. C. G. **Programas Nacionais de Leitura no Brasil: o PROLER e o PRÒ- Leitura (1995-2000)**. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2002. Dissertação de Mestrado em Educação.

SOARES, Isaura Lima Maciel. O caráter pedagógico das fiscalizações sobre as bibliotecas escolares. **Biblioo**, jun. 2011. Disponível em: <<http://biblioo.info/o-carater-pedagogico-das-fiscalizacoes-sobre-as-bibliotecas-escolares/>>. Acesso em: 02 maio 2023.